

Reflexões à margem de trinta anos de história da RBE

Adroaldo Moura da Silva *

Carlos Antonio Luque **

Hélio Nogueira da Cruz **

1. Notas introdutórias; 2. Aspectos quantitativos; 3. Marco histórico: CEPAL e ciclo de conferências; 4. Um esclarecimento e alguns registros; 5. Questões retóricas.

1. Notas introdutórias

Avaliar a trajetória de vida de uma revista é tarefa difícil que requer tempo e bastante reflexão. Esta tarefa é tanto mais difícil quando se trata da *Revista Brasileira de Economia*, cuja história se confunde com a própria história da profissão no país. E mais, boa ou má *performance* só pode ser entendida como um desvio ou não em relação a um objetivo fixado aprioristicamente. Como então fixar este objetivo para fins de avaliação da revista que carregou o ônus e ganhou as glórias do pioneirismo no Brasil?

Dever-se-ia dela esperar uma cobertura ampla do desenvolvimento da teoria econômica ou, simplesmente, o eco de debates a nível acadêmico dos problemas fundamentais de um país em desenvolvimento? Deveria a revista se preocupar em refletir o estado da profissão no país ou tentar enriquecê-la, funcionando como instrumento de absorção de "tecnologia"?

* Professor da FEA/USP e FIPE.

** Professores da FEA/USP.

Com respostas a estas e outras questões de igual gênero é como começaria um trabalho de avaliação da *RBE*. Não é o caso deste trabalho. Não faremos uma avaliação exaustiva do desenvolvimento da *RBE* ao longo destes 30 anos. Oferecemos, sim, algumas reflexões que possam vir a constituir subsídios para tal avaliação. Este é o objetivo deste trabalho.

De início, pretendia-se verificar em que medida a *RBE* refletia o debate profissional como visto através, por exemplo, da *American Economic Review* e do *Economic Journal*. Logo se percebeu, no entanto, que este procedimento seria pouco produtivo. Isso seria desconhecer a própria história da revista e da profissão no país.

A *RBE* nasce com o Núcleo de Economia da Fundação Getúlio Vargas, logo após a II Guerra Mundial, ao mesmo tempo em que a influência da CEPAL¹ começa a ancorar no país. Nasce, portanto, fora da comunidade acadêmica. Seu vínculo com a universidade era informal, ainda que forte. O mesmo grupo liderado por Gudín, Bulhões e Kingston dava substância não só ao recém-fundado Núcleo de Economia da FGV mas também à Escola Nacional de Economia do Rio de Janeiro — formado, portanto, pelos incontestáveis líderes da profissão no país. Nasce, assim, num Núcleo preocupado fundamentalmente com os problemas econômicos do Brasil despertados pela guerra, e com personalidades que tiveram um peso específico muito grande na formação da opinião pública e mesmo na formulação de política econômica em todo o pós-guerra. Os nomes associados à revista se confundem com os que se destacaram na administração pública brasileira nestes últimos 30 anos. Gudín, Bulhões, Campos, Kafka, Denio Nogueira, Chacel, Kerstenetzky e Simonsen são nomes ligados aos destinos da FGV e que, como todos sabem, tiveram e continuam a ter forte influência na vida do país através de suas atividades profissionais.

E mais, no pós-guerra, à parte a influência da CEPAL, inexistiam outros centros de estudo e pesquisa na área econômica do vulto da recém-criada FGV. A Escola de Sociologia e Política de São Paulo fora anos antes um centro catalisador da análise econômica que não sobrevivera, com o mesmo vulto, à guerra. Em São Paulo os estudos de economia só viriam ganhar expressão nacional com a criação do Instituto de Pesquisas Econômicas, liderado por Antonio Delfim Netto depois de 1966. A ANPES,² o Núcleo da Bolsa de Cereais, a Comissão Inter-Estadual da

¹ Comissão Econômica para América Latina, órgão das Nações Unidas.

² Associação Nacional de Pesquisas Econômicas e Sociais.

Bacia Paraná—Uruguai e outras múltiplas tentativas, todas apartadas da universidade, se frustraram.

Até meados da década dos 60, portanto, a trajetória da *RBE* está intimamente ligada à história da FGV e da profissão do economista no Brasil, o que lhe confere um papel singular e fundamental dentre os veículos de comunicação acadêmica da profissão. E só com o surgimento dos cursos de pós-graduação fora da FGV — ³ em São Paulo (IPE), Minas Gerais (Cedeplar), Fortaleza (CAEN) e outros, que posteriormente se associam e fundam a ANPEC —, ⁴ com o surgimento do IPEA e com o fortalecimento do antigo IBGE, que o quadro muda e a *RBE* perde um pouco do brilho pioneiro dos primeiros lustros de vida.

Assim, logo se vê que a tarefa de fixação de parâmetros para fins de avaliação de uma revista, a exemplo da *RBE*, significa mergulhar na história da profissão do país. Por isso queremos evitar a idéia de estarmos fazendo uma avaliação da revista. É certo que, de qualquer forma, queiramos ou não, estaremos fazendo algo nesta direção. No entanto, não tenha ilusão o leitor, nossas reflexões não vão além de uma incursão amadorística na história da revista e da teoria econômica no Brasil.

Nosso trabalho está assim organizado: no segundo item apresentamos alguns números quanto à cobertura das diferentes áreas da teoria econômica dos artigos publicados pela revista no período 1947-76, assim como uma divisão numérica entre autores nacionais e estrangeiros que aparecem com contribuições neste período. No terceiro item nos fixamos no que chamamos a fase áurea da revista (já um julgamento, não?), os primeiros ciclos de conferências patrocinados pelo Núcleo de Economia e que tiveram na *RBE* o veículo de comunicação profissional, assim como o debate sobre as teses da CEPAL. No quarto item fazemos algumas observações sobre a quase-inexistência de artigos, nas páginas da *RBE*, nas áreas de teoria econômica propriamente dita, e sobre alguns problemas críticos do desenvolvimento econômico brasileiro. No quinto levantamos algumas questões retóricas quanto à frequência de alguns autores na revista, assim como quanto à ausência de alguns notáveis da profissão no Brasil.

2. Aspectos quantitativos

Esta parte do trabalho trata de aspectos quantitativos dos artigos que aparecem na *Revista Brasileira de Economia* no período 1947-76. A fonte

³ O primeiro centro de pós-graduação nos moldes atuais é a EPGE da própria FGV criada nos inícios dos anos 60 como Centro de Aperfeiçoamento do Economista (CAE).

⁴ Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia.

primária de informação é o índice remissivo, número especial da revista de maio de 1977. Neste número os artigos são classificados por autores e assunto, de acordo com o critério utilizado pela American Economic Association. Infelizmente, há sérios problemas de classificação e mesmo de omissões.⁵ De qualquer maneira, nos valemos do índice remissivo como fonte de nossas informações.

A tabela 1 apresenta uma classificação dos artigos por assunto e por nacionalidade dos autores para os períodos 1947-55, 1956-60, 1961-65, 1966-70, 1971-76. Com base nestas informações faremos algumas observações quanto à cobertura dos diferentes campos da teoria econômica, quanto à "abertura" para a comunidade internacional e quanto ao "impacto" de alguns artigos publicados na revista. Os períodos acima são um pouco arbitrários mas coincidem mais ou menos com os ciclos da economia brasileira no lapso de tempo analisado.

A simples observação da tabela mostra uma forte concentração de artigos nas áreas de desenvolvimento econômico, estatísticas econômicas, comércio internacional e agricultura.⁶ Nestas áreas aparecem 60% de um total de 452 artigos publicados no período 1947-76. Desenvolvimento econômico é a área de maior concentração, com uma representatividade variando entre 22 e 28% do total de artigos publicados em cada subperíodo. Em segundo lugar, aparecem os artigos classificados no campo de comércio internacional, variando a concentração entre 10 e 18% do total de artigos de cada subperíodo. A soma do número de artigos destas duas áreas decresce monotonicamente no tempo; de 38 de um total de 82 no período 1947-55 para 53 de um total de 151 no período 1971-76 (veja tabela 2). Ainda assim, são as áreas dominantes.

Sessenta e três (63) são os artigos na área de estatísticas econômicas e sociais, 14% do total. Interessante notar que a frequência de artigos não se distribui homogeneamente em todos os subperíodos. A maior concentração nos períodos 1947-55 e 1955-60 se deve, em larga medida, à divulgação do trabalho pioneiro sobre contas nacionais realizado pelo Núcleo de Economia da Fundação Getúlio Vargas nestes períodos. No período pós-71 se deve a trabalhos econométricos.

⁵ Alguns exemplos: a) dos 11 artigos assinados por Peláez, só dois são classificados em história econômica e nenhum em história do pensamento econômico, quando, pelo menos, metade daquele total deveria constar nestes itens de classificação; b) Pastore. Política monetária e inflação. *RBE*, v. 23, p. 92-123, jan./mar. 1969, não consta no índice remissivo.

⁶ De acordo com a classificação do índice remissivo, as áreas são: desenvolvimento: itens 05, 12 e 13; estatísticas econômicas e sociais: itens 21 e 22; comércio internacional: itens 41, 42 e 43; e agricultura: item 71. O número total de artigos é de 415, no entanto, na tabela 1 aparecem 452. Isso ocorre em virtude da classificação de artigos em mais de um item.

Tabela 1

Classificação por assunto, dividido entre autores nacionais (N) e estrangeiros (E)

Assuntos	Até 1955		1956-60		1961-65		1966-70		1971		Total		Total
	N	E	N	E	N	E	N	E	N	E	N	E	
01. Economia geral	2	1	—	—	2	—	2	—	—	—	6	1	7
02. Teoria econômica	2	1	3	1	4	—	1	—	3	1	13	3	16
03. História do pensamento econômico	—	—	2	—	—	—	7	3	—	—	9	3	12
04. História econômica	1	—	—	—	—	—	1	1	13	4	15	5	20
05. Teoria e política do cresc., des. e planejamento	2	9	3	2	4	3	5	3	5	4	19	21	40
12. Estudos de des. econômico	2	5	1	4	3	2	6	8	4	5	16	24	40
13. Flutuações econômicas	1	4	2	2	1	2	6	3	10	6	20	17	37
21. Métodos e modelos estat., econ. e mat.	—	2	3	—	—	—	3	1	10	4	16	7	23
22. Estatísticas econômicas e sociais	9	3	9	—	6	—	3	—	9	1	36	4	40
31. Teoria e inst. mon. e financeira	6	2	1	—	1	—	1	3	12	2	21	7	28
32. Finanças públicas e política fiscal	—	—	—	—	1	—	3	—	3	1	7	1	8
41. Teoria do comércio internacional	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—	1
42. Relações com pol. com. e integração	1	8	3	1	—	6	—	3	3	5	7	23	30
43. Balanço de pagos. fin. int. e taxa de câmbio	3	3	—	3	1	2	4	4	5	5	13	17	30
44. Investimento e ajudas i.ternacionais	1	—	—	—	2	—	1	—	—	1	4	1	5
50. Adm. fin., com. e contas	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1
61. Org. e política industrial	—	—	—	—	1	—	5	—	1	—	7	—	7
62. Tecnologia	—	1	—	—	—	—	1	—	2	1	3	2	5
63. Estudos de ind. e de projetos	1	1	1	1	1	—	2	1	6	—	11	3	14
71. Agricultura	1	—	1	—	10	3	7	4	6	3	25	10	35
72. Recursos naturais	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	1	—	1
82. Mercado de trab., pol. trab., emprego	2	—	3	—	1	—	2	2	6	—	14	2	16
84. Demografia econômica, migrações	2	—	1	—	—	—	—	—	1	1	4	1	5
85. Capital humano	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—	2	—	2
91. Educação, bem-estar e saúde	—	—	1	—	3	—	4	2	—	—	8	2	10
92. Econ. do consumidor, níveis e padrões	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—	1
94. Economia regional	3	—	—	1	1	—	2	2	2	—	8	3	11
95. Distribuição de renda	1	—	—	—	—	—	—	1	3	—	4	1	5
96. Economia das leis	1	—	1	—	—	—	—	—	—	—	2	—	2
Total	41	41	35	15	43	18	67	41	107	44	293	159	452

Na área de agricultura se concentram 7% do total de artigos. Neste campo, 24 artigos de um total de 35 se concentram na década dos 60.

Em importância quantitativa, aparecem em seguida as áreas de história econômica e teoria e instituições monetárias. De um total de 20 trabalhos de história, 17 aparecem no período pós-71; do total de 28 de teoria e instituições monetárias, 14 aparecem no período pós-71.

Não deixa de causar estranheza que a “abertura” da revista para artigos na área de história econômica verificada no último quinquênio do período analisado (17 no período 1971-76 contra um total de 20 artigos nos 30 anos analisados) coincide exatamente com a predominância de artigos mais “técnicos” associada com a nova geração de profissionais. E isso fica mais visível quando se verifica que, do total de 23 artigos na categoria “métodos e modelos estatísticos, econométricos e matemáticos”, 14 foram publicados no período 1971-76. Esta parece não ser uma combinação muito estável.

Tabela 2

Assuntos selecionados por período
(número de artigos e participação percentual)
1947-76

Assunto *	Até 1955		1956-60		1961-65		1966-70		1971		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Desenvolvimento (05+12+13)	23	28	14	28	15	24	31	29	34	22	117	25
Estatísticas Econômicas e Sociais (22+21)	14	17	12	24	6	9	7	6	24	16	63	14
Comércio Internacional (41+42+43)	15	18	7	14	9	14	11	10	19	12	61	13
Agricultura (71)	1	1	1	2	13	21	11	10	9	5	35	7
Total	53	64	34	68	43	68	60	54	86	55	276	54
Total Geral	82	100	50	100	61	100	108	100	151	100	452	100

* Os números entre parênteses se referem aos códigos de classificação por assunto usados no índice remissivo da RBE.

Nas demais áreas e, em particular, nas de teoria propriamente dita, a exemplo de teoria monetária, teoria dos preços, equilíbrio geral, modelos matemáticos de crescimento “à la von Neuman”, macroeconomia, econometria avançada etc., a representatividade em número e “qualidade” é praticamente nula no período 1947-76.

Quanto à divisão entre autores nacionais e estrangeiros, ocorre algo interessante (veja tabela 3). Há naturalmente uma predominância quantitativa de autores nacionais, 293 para 159 estrangeiros. Ainda assim, pode-se identificar como que um padrão de participação de não-nacionais de acordo com a própria tendência à abertura ou não da economia brasileira:

a) no período imediatamente após a guerra há uma paridade;⁷ este é o período de consolidação da revista e do Núcleo de Economia da FGV, onde há grande participação de autores estrangeiros; é o período de busca de inspiração na comunidade internacional;

⁷ Note que, numericamente, para fins de computação, cada conjunto de conferências só é contado uma vez. Por exemplo, as seis conferências de Viner (1951) aparecem como uma única contribuição.

b) no decênio subsequente, o de substituição de importação seguido por crise, há uma drástica queda da participação de autores estrangeiros; é o período de tendência "autárquica" da sociedade brasileira;

c) no quinquênio 1966-70, com a reorganização da economia e refletindo a ampla participação de profissionais estrangeiros no governo e nas universidades — convênio Berkeley—IPEA e Universidade de Vanderbilt/IPE, por exemplo —, observa-se maior participação de autores estrangeiros; é a fase áurea dos *brazilianists*;

d) no período pós-71 é a fase da "nova" geração de profissionais de economia com formação no exterior, o que se reflete também na revista pelo aumento da participação de autores nacionais.

Tabela 3

Contribuições de nacionais e estrangeiros por subperíodos
(número de artigos e relação entre os dois grupos)

Até 1955		1956-60		1961-65		1966-70		1971-76		Total	
Nacio- nais	Estran- geiros	Nacio- nais	Estran- geiros	Nacio- nais	Estran- geiros	Nacio- nais	Estran- geiros	Nacio- nais	Estran- geiros	Nacio- nais	Estran- geiros
41	41	35	15	43	18	67	41	107	44	293	159
	1		2.33		2.39		1.63		2.43		1.84
Criação e consolidação		Tendência "autárquica"				Abertura para o exterior		A "nova" geração de professores de economia com formação no exterior			

Obs.: A classificação entre nacionais e estrangeiros é um pouco arbitrária. Em muitos casos, devido à exiguidade de tempo, não foi possível identificar a nacionalidade. Nomes de origens portuguesa e espanhola são os que apresentam maior dificuldade. Artigos assinados conjuntamente por um nacional e um ou mais estrangeiros foram classificados como nacionais.

À luz destas informações, como avaliar a revista? O primeiro impulso seria fazê-lo à luz do próprio desenvolvimento da teoria econômica como cristalizada na própria história da *American Economic Review* e do *Economic Journal*. No entanto, quanto mais este trabalho se desenvolvia, mais forte era a impressão de que a comparação seria absurda e fora de propósito.

Atentando-se para os seguintes fatos:

a) que o país saía da guerra com um forte propósito desenvolvimentista e com a consciência da interdependência econômica e política das economias nacionais do mundo ocidental, coisas que até hoje permanecem;

b) que o país ainda no início da década dos 50 carecia de informações quantitativas básicas para a organização e administração das políticas desenvolvimentistas; e

c) que a própria profissão se volta para a formulação de modelos de desenvolvimento e, em particular, para tentar identificar formas de superar os principais entraves ao crescimento das economias subdesenvolvidas,

é natural, pois, que o Núcleo da revista tivesse se voltado para estes problemas. E é de fato o que ocorre. A importância da concentração de artigos nas áreas de desenvolvimento econômico e de estatísticas econômicas e sociais vai além da quantitativa. A importância das estimativas das contas nacionais feitas pelo Núcleo e publicadas pela *RBE* ainda não foi devidamente avaliada mas, sem dúvida, elas são críticas para o desenvolvimento da pesquisa econômica e do ensino de economia do país.⁸ Nas áreas de desenvolvimento econômico e comércio internacional, disciplinas extremamente relevantes para a análise e compreensão do desenvolvimento econômico brasileiro, a revista registra o que foi, provavelmente, o mais importante debate sobre desenvolvimento da década dos 50. Então, o debate que se travou em torno das teses da CEPAL constitui o maior ativo da história da revista, ao lado da divulgação das contas nacionais. Da divulgação do trabalho original da CEPAL e da publicação de artigos de Prebisch e Furtado à incorporação no debate, por iniciativa da própria *RBE*, de nomes do porte de Viner, Robbins, Haberler e outros; da publicação do trabalho clássico de Nurkse sobre o "círculo vicioso da pobreza" à contribuição de Kaldor para a teoria do desenvolvimento econômico, a revista promoveu um debate que em muito marcou a profissão e o próprio desenvolvimento da ciência econômica no Brasil.

Se no critério de cobertura dos diferentes campos da economia a revista não resiste ao teste, no critério de melhor compreensão dos problemas que afligem a nação e do impacto dos artigos nela publicados, a *RBE* é um exemplo de sucesso digno de emulação.

É de justiça lembrar que, nos últimos 15 anos, a *performance* da revista esteve aquém, qualitativamente falando, do desempenho de seus primeiros anos de vida. Na década dos 60, ao lado dos trabalhos da área de agricultura de Nicholls, Miller Paiva e Chacel, os melhores momentos ainda são ecos do debate da década anterior.

⁸ É de justiça lembrar que a co-irmã da *Revista Brasileira de Economia*, a *Conjuntura Econômica*, a este respeito tem um papel também fundamental no estímulo à pesquisa econômica no país.

A partir da segunda metade da década dos 60, a força da revista baixa em função do próprio surgimento do IPEA e da “escola paulista” com suas respectivas revistas econômicas.

Parece justo afirmar que o período áureo da revista se dá com o debate das teses da CEPAL e com a divulgação sistemática de conferências de eminentes economistas e das contas nacionais do Brasil. Estes serão os temas das seções que seguem.

3. Marco histórico: CEPAL e ciclo de conferências

A par da “janela” através da qual a profissão recebia a influência dominante da CEPAL, nas décadas de 50 e dos 60, inclusive através da própria *RBE*, a revista abria um outro importante veículo de comunicação através de convites especiais a uma plêiade de economistas escolhidos dentre os mais competentes da profissão e com uma multiplicidade de abordagens (Viner, Robbins, Kaldor, Haberler, Singer e outros).⁹ A este respeito, dois comentários se impõem.

Primeiro, a oportunidade da iniciativa do Núcleo e da divulgação das idéias de renomados economistas na revista; era o momento em que a profissão ainda engatinhava no país. O ensino de economia ainda se confundia com o próprio ensino de direito e contabilidade. Então, o grupo de economistas liderados por Gudin, Kingston e Bulhões, que dá substância ao Núcleo de Economia da FGV no setor de pesquisa e à Escola Nacional de Economia do Rio no ensino de economia, constitui o cerne da profissão no país. Era um esforço pioneiro, casando ensino e pesquisa, embora infelizmente cada qual ficasse, institucionalmente falando, separado. Nada mais oportuno então que a busca de inspiração na comunidade internacional para guiar os primeiros passos deste núcleo de ensino e pesquisa na área de economia. É a mesma fórmula de sucesso que inspirou a criação da Universidade de São Paulo na década dos 30.

Segundo, o caráter substantivo do debate da época. De um lado, os esforços das Nações Unidas para entender e superar o desafio do subdesenvolvimento que, no caso latino-americano, viriam a se cristalizar nas conhecidas teses da CEPAL, que tiveram um forte impacto no ensino de economia e na formação de opinião quanto à formulação de política econômica do país. No caso brasileiro, a posição “cepalina” está diretamente

⁹ Veja relação no apêndice 2.

ligada aos nomes de Prebisch e Celso Furtado. De outro, o Núcleo promovia a vinda da "ortodoxia" a fim de provocar um debate sadio e enriquecedor. Era o Ciclo das Conferências. Nenhuma outra iniciativa da revista teve a dimensão e repercussão deste debate. Talvez não seja exagero afirmar que, entre outras coisas, foi através deste debate que a *RBE* se firmou e praticamente monopolizou a publicação especializada da profissão no Brasil por mais de uma década.

Após um tímido início em 1947,¹⁰ a fase mais densa das conferências se concentra no período 1950-54 com oito ciclos de palestras, dos quais sete tratavam de desenvolvimento, comércio internacional e inflação, exatamente discutindo os problemas centrais a superar na luta desenvolvimentista do país. Neste período, à exceção de Boulding, os convidados do Núcleo de Economia se ativeram a questões levantadas pelo desenvolvimento econômico e, de uma forma ou de outra, debateram idéias e trabalhos dos pesquisadores da CEPAL (Furtado e Prebisch).

Viner, por exemplo, após fazer uma exposição sobre a relevância da teoria clássica para os países subdesenvolvidos, afirma: "Desde minha chegada ao Brasil, chamaram-me a atenção para um documento das Nações Unidas ... obra do Prof. Raul Prebisch... Tudo quanto encontro no estudo de Prebisch ... parecem-me em sua maior parte fantasias maliciosas, simples conjecturas, interpretações erradas da História ou, no melhor dos casos, meras hipóteses a exigirem experimentação sóbria e objetiva."¹¹

Esta explosão pouco elegante vinha a propósito da tese de que a divisão internacional do trabalho favorecia os países ricos e industrializados em detrimento dos pobres e subdesenvolvidos. Era um vigoroso revide a um assalto à teoria tradicional que vinha consubstanciado no que segue: "Na América Latina, a realidade está solapando o antiquado sistema da divisão internacional do trabalho que, após adquirir grande importância no século XIX, continuou a exercer considerável influência acadêmica até tempos bem recentes."¹²

¹⁰ A primeira conferência é proferida por Haberler: "Haverá depressão nos Estados Unidos?" *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 1, dez. 1974. Haberler voltaria anos depois para falar sobre "Comércio internacional e desenvolvimento". *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 13, jun. 1959, quando se dedica a refutar as teses da CEPAL.

¹¹ Viner, J. Lucros provenientes do comércio exterior. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 5, jun. 1951.

¹² Do trabalho das Nações Unidas também citado por Viner.

No Brasil, o Prof. Gudín, *the founding father of the economic profession in Brazil*, nas palavras de Viner, representa o grande defensor da ortodoxia mas certamente com mais elegância que este. Combinando uma defesa da teoria clássica com uma crítica aos “classicistas” mais deslumbrados assim se expressa sobre a necessidade de “uma nova teoria econômica, que se afastaria em vários pontos da teoria econômica geral, tornada obsoleta”: “Há nisso, a meu ver, um evidente equívoco. Quando se entende por *escola clássica* o conjunto de princípios que prevaleceram praticamente até a I Guerra Mundial, é claro que *ela não se aplica hoje* aos países subdesenvolvidos, nem aos próprios países desenvolvidos sem importantes adaptações ... a mobilidade dos fatores de produção, a flexibilidade dos salários, a influência decisiva da taxa de juros bancários, a concorrência sempre perfeita, tudo isso são premissas ou hipóteses que de há muito já passaram para os arquivos da História Econômica.”¹³

Infelizmente, o Prof. Gudín não estava certo. Mesmo hoje abundam exemplos que insistem em voltar aos “arquivos” da história econômica.

Este debate foi ganhando expressão até se cristalizar no eterno debate latino-americano entre monetaristas e estruturalistas. Para as novas gerações este debate e, em particular, a posição de Gudín, deveria servir de exemplo de humildade quanto às posturas dogmáticas hoje assumidas em relação a certas posições ditas científicas. Talvez por isso seja válido afirmar que o monetarista eclético da década dos 50, a exemplo do Prof. Gudín, parece bem superior, no que respeita à compreensão do processo de desenvolvimento econômico e da própria inflação, que o monetarista de hoje. Talvez valha o mesmo para os estruturalistas deslumbrados do presente.

O Prof. Gudín, que se mostrou bastante crítico das idéias estruturalistas, a elas não foi indiferente como atestam estas citações a respeito das relações de trocas:¹⁴ “Em matéria de participação internacional da melhoria da produtividade, a realidade é que os Estados Unidos têm uma forte melhora, a qual eles guardam, na sua maior parte, para si e que nós não temos melhora apreciável alguma. Um não dá porque não quer nem precisa dar e o outro não dá porque não tem... A relação de troca dos países primários é especialmente vulnerável pelas razões já tantas vezes repetidas: pouca diversidade de produtos exportáveis; baixa elasticidade-renda e preço e sobretudo o fato de que os industriais têm muito

¹³ Gudín, E. O caso das nações subdesenvolvidas. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 6, set. 1952.

¹⁴ Gudín, E. Produtividade. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 8, set. 1954.

maior e mais rápido controle sobre as quantidades produzidas do que os agricultores, de sorte que nas depressões, enquanto as indústrias sofrem de desemprego, a agricultura sofre de preços muito baixos.”

Nesta fase de 1950-54, as contribuições dos conferencistas não se restringiram somente ao debate monetarista-estruturalista. Há ainda a registrar neste período a contribuição clássica de Nurkse sobre “A formação de capitais em países subdesenvolvidos”, que provocou um excelente comentário de Celso Furtado.¹⁵ E também o excelente ensaio de Bernstein: “A inflação em relação ao desenvolvimento econômico”, que contém alguns ensinamentos bem pertinentes no atual momento:¹⁶ “é preciso reconhecer que a inflação pode ter início pelo esforço de qualquer setor da economia em garantir, para si, uma parcela da produção nacional maior do que a assegurada pelo financiamento normal da economia ... um aumento substancial do salário não pode atender às esperanças do operariado ... A longo prazo, salários reais mais elevados exigiriam um deslocamento dos fatores de produção das indústrias de investimento para a de bens de consumo *wage-goods*.”

Após um breve interregno, vem um novo ciclo de conferências, o do período 1957-61. De novo, o tema dominante é desenvolvimento econômico e comércio internacional. No entanto, o brilho das contribuições não é o mesmo da fase anterior. Do grupo de cinco conferências, há a destacar as de Kaldor, que labora com profundidade sobre os problemas fundamentais do desenvolvimento econômico, e as de Haberler, que mantém vivo o debate sobre as teses da CEPAL.¹⁷

Este último ciclo fecha a fase áurea da revista. As contribuições mais importantes das fases subseqüentes foram inspiradas no debate da década dos 50 e de começos da década dos 60. Pode-se afirmar que a força polêmica, a contribuição acadêmica, e mesmo a importância para a “formação de opinião” das contribuições que aparecem na revista nestes primeiros anos não encontram paralelo nas contribuições dos últimos 15 anos da revista e, talvez, em qualquer outra publicação brasileira. Convém de imediato acrescentar que isso não implica num julgamento desfavorável das contribuições que surgem posteriormente. Significa, sim, um merecido

¹⁵ Furtado, C. Formação de capital e desenvolvimento econômico. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 6, set. 1952. A resposta de Nurkse a Furtado é publicada em *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 7, mar. 1953.

¹⁶ Bernstein, E. M. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 6, set. 1952.

¹⁷ Kaldor, N. Conferências. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 11, mar. 1957; Haberler, G. Comércio internacional e desenvolvimento econômico. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 13, jun. 1959.

destaque às contribuições que aparecem nas páginas da *RBE* em seus primeiros lustros de existência, as quais muito contribuíram para o desenvolvimento da profissão no Brasil.

4. Um esclarecimento e alguns registros

Dos comentários acima não se deve extrair ilações errôneas. Demos destaque às contribuições sobre estatísticas econômicas e sociais, particularmente sobre as contas nacionais, desenvolvimento e comércio (trabalhos da CEPAL e dos eminentes conferencistas). Isso não significa que as páginas da revista não reflitam alguns dos mais importantes debates nacionais, a exemplo da questão do petróleo ou mesmo da fixação do salário nos seus primórdios, ou que tenham desaparecido as contribuições de eminentes *scholars* da comunidade internacional em fases posteriores, ou ainda, que não mereçam destaque contribuições específicas de nacionais nos anos 60 e 70. Não, não é isso. Pretende-se, sim, que a revista teve um papel mais destacado na década dos 50 relativamente às de 60 e 70. E isso menos pela qualidade dos artigos que nela aparecem e mais pelo próprio desenvolvimento da profissão no país.

A partir de meados da década de 60, a profissão ganha novo impulso através do surgimento e fortalecimento de instituições de pesquisa, a exemplo do IPE, do CAEN da Universidade de Brasília e outros associados à ANPEC. Com estes novos núcleos surgiram novos canais de comunicação acadêmica, não só através de revistas, a exemplo da *Pesquisa e Planejamento Econômico*, do IPEA, e da *Estudos Econômicos*, do IPE, mas também de séries monográficas e outros. Paralelamente, a profissão se revigora através de amplos programas de cooperação internacional, especialmente com universidades americanas, os quais possibilitaram o surgimento de uma geração de profissionais com formação no exterior e despertaram interesse numa ampla gama de profissionais americanos em problemas brasileiros. Estes são os *brazilianists* da economia (Baer, Graham, Fishlow, Leff, Morley, Bergsman, Sahota e outros).

Este rápido crescimento da profissão apagou um pouco o brilho da trajetória da revista, não só pela competição de novos canais de comunicação, mas talvez porque tivesse ela se mantido apartada da vida universitária do país. Apesar disso, continua sendo um importante veículo de divulgação na área de economia nas décadas de 60 e 70. A título de ilus-

tração, sem pretender nomear todas as contribuições importantes que aparecem no período, convém fazer os seguintes registros:

1. Sobre a estagnação econômica da primeira metade da década dos 60 aparecem na revista algumas contribuições importantes. Aqui basta citar as de Baer e Kerstenetzky (1964), Baer e Maneschi (1969), Furtado e Maneschi (1968), Francisco Lopes (1969) e outras.
2. Dando continuidade ao debate entre monetaristas e estruturalistas, deve-se destacar as contribuições de Smithies (1963), e particularmente a importante contribuição de Georgescu-Roegen (1968 e 1972) ao estruturalismo latino-americano.
3. Sobre inflação, política monetária e afins, registrem-se os importantes trabalhos de Baer e Simonsen (1962), Simonsen (1972), Francisco Lopes (1976), Pastore (1969), Ferreira (1973), Martone (1976) e outros.
4. Na área de agricultura e desenvolvimento, as contribuições para a revista são particularmente importantes. O trabalho seminal de Miller Paiva sobre "O mecanismo de autocontrole no processo de expansão da melhoria técnica da agricultura" aparece em 1968. Outros destaques são: Nicholls (1963 e 1972), Schuh (1972), Castro (1968), Cline (1967) e Barros e Pastore (1976).

Deve-se também registrar alguns números especiais sobre planejamento econômico no Brasil (1962), ensino de economia (1966), modelos econométricos (1971) e, particularmente, os dois números especiais comemorativos do Sesquicentenário da Independência (1972), com importantes contribuições de Campos, Canabrava, Nicholls, Schuh, Gudin e Georgescu-Roegen, assim como o número especial sobre crise econômica mundial, destacando-se as contribuições de Johnson e Cairncross.

Convém, no entanto, lembrar que não aparecem contribuições de vulto nas páginas da *RBE* sobre o mais importante debate da década dos 70: o da distribuição de renda no Brasil. Os trabalhos de Langoni, Fishlow e outros, a esse respeito, encontram outros canais de divulgação: as revistas *Estudos Econômicos*, *Pesquisa e Planejamento Econômico* e até mesmo a *American Economic Review*. Por ser um debate de grande interesse acadêmico e político, sua ausência das páginas da *RBE* não deixa de ser um ponto negativo.

Há também outras “ausências”. Quase nada aparece nas páginas da *RBE* em relação a alguns problemas perenes da economia brasileira:

1. Exceto pelo trabalho de Graham (1969), pouco ou quase nada de substantivo aparece sobre disparidades regionais no Brasil.
2. Sequer consta do índice remissivo a entrada 93 — Economia Urbana, a despeito da persistência do problema urbano no Brasil.
3. O mesmo ocorre na área de recursos naturais.
4. Finalmente, pouco ou quase nada aparece sobre a problemática dos incentivos fiscais no Brasil. Aqui, no entanto, a vigorosa exceção é Hirschman (1967).

De um modo geral, não se pode deixar de apontar um fato que nos parece evidente. O caráter pioneiro e o grande impacto profissional nas áreas de ensino e pesquisa dos três primeiros lustros de vida da *RBE* não se repete nas décadas de 60 e 70. E isso menos pela própria qualidade das contribuições que aparecem na revista e mais pelo próprio crescimento da profissão e surgimento de novos meios de comunicação acadêmica, a exemplo das revistas *Estudos Econômicos* e *Pesquisa e Planejamento Econômico*.

5. Questões retóricas

À medida em que o trabalho se desenvolvia, algumas questões mais retóricas que analíticas foram se impondo. Aqui trataremos de algumas.

A primeira questão diz respeito à frequência com que alguns autores aparecem na revista. Dez autores são responsáveis por 110 artigos e nada menos que oito deles estão ou já estiveram associados à Fundação Getúlio Vargas (veja Apêndice 1). Os três que aparecem com maior frequência estão dentre os fundadores do Núcleo de Economia e da própria revista, e inegavelmente estão dentre os profissionais brasileiros que “fizeram” a ciência econômica. Os Profs. Gudín e Bulhões, cada qual com 16 contribuições para a *RBE*, exerceram uma influência quase sem paralelo no país na formação de várias gerações de economistas através do ensino e de um sem-número de artigos, monografias e livros. O Prof. Kingston, com 15 artigos publicados na revista, exerceu uma profunda influência na área

de métodos quantitativos e foi, sem dúvida alguma, um dos co-responsáveis pela organização e divulgação das estatísticas econômicas e sociais que têm singularizado a importância da própria Fundação Getúlio Vargas na pesquisa econômica do país. Nada mais natural, portanto, que estes nomes sejam os que mais frequentemente apareçam na revista ao longo destes 30 anos.

Ainda assim, fica uma ponta de dúvida: haveria alguma discriminação de forma a favorecer os profissionais ligados à FGV? Se atentarmos para a própria história da revista e para o fato de que a profissão no país é de origem recente, assim como observarmos a grande quantidade de autores estrangeiros que aparecem com contribuições importantes na revista, não se pode deixar de responder negativamente a esta interrogação. Em relação a autores “não-nacionais”, basta lembrar que Haberler e Peláez estão entre os cinco autores com maior número de artigos, 11 cada qual, publicados na *RBE*.

Isso nos conduz a uma questão paralela: por que então eminentes economistas brasileiros, de ampla e importante produção intelectual, não aparecem na *RBE*? Por exemplo, Conceição Tavares, Rui Aguiar da Silva Leme, Dorival Teixeira Vieira, Rubens Costa, Luiz Bueno de Freitas e Paulo Singer não têm sequer um artigo publicado na revista. Mais ainda, Antonio Delfim Netto e Dias Leite aparecem com contribuições que nada têm de representativo de seus amplos e profundos trabalhos profissionais.¹⁸ Estranho, não?

Certamente isso não pode ser imputado a diferenças ideológicas nem à falta de trabalhos publicáveis destes autores. Terá sido devido à regionalização do ensino e da pesquisa no Brasil? Talvez ao hábito de nossos profissionais em evitar revistas especializadas como veículo de comunicação profissional? Ou simplesmente por um “excesso de zelo”, por sinal desnecessário, quanto à originalidade das contribuições?

Não temos a intenção nem a competência para nos aventurarmos muito além do simples registro destas indagações. Contudo, não nos falta disposição para alguns comentários.

Primeiro, a regionalização do ensino e da pesquisa na área de economia no Brasil é um fato. No início, os notáveis da profissão estavam praticamente no Rio de Janeiro e, em particular, no Núcleo de Economia da FGV. À medida que novos núcleos foram surgindo, o quase-isolamento

¹⁸ Delfim Netto (1966) com uma análise sobre o problema de ensino de economia no Brasil. Dias Leite (1948) com uma análise dos problemas de implantação de contas nacionais.

era a regra. Só muito recentemente é que esta inércia vem sendo rompida, graças ao trabalho da ANPEC e seus centros associados e do próprio IPEA.

Segundo, não há como negar que havia no país como que uma mitificação de autores não-nacionais, reflexo mesmo do próprio estágio de desenvolvimento da profissão no país. Isso inibia a criatividade e aumentava o já excessivo zelo da suposta originalidade. Foi só após um longo período de intercurso com os notáveis da profissão a nível internacional, no que o Núcleo de Economia teve um papel fundamental, e a formação de um numeroso grupo de economistas brasileiros nas melhores universidades americanas e européias, que a profissão foi se libertando do que se poderia chamar de “complexo de inferioridade profissional”. E isso só muito recentemente, como atestado pelo quase ocaso, por exemplo, da vasta legião de *brazilianists*.

Se verdadeiras, estas considerações talvez ajudem a explicar a formação de núcleos relativamente auto-suficientes domesticamente como uma forma de autodefesa. Isto, talvez fosse uma explicação para exclusão de autores nacionais não-ligados ao núcleo carioca das páginas da *RBE*. Mais recentemente, em função do próprio desenvolvimento da profissão, tem havido uma transformação no sentido de uma maior abertura.

Registre-se que a predominância de publicações de autores ligados à instituição responsável pela revista não é um privilégio da *RBE*. O mesmo ocorre, em larga medida, com as revistas *Estudos Econômicos* do IPE e *Pesquisa e Planejamento Econômico* do IPEA. Para evitar mal-entendidos, convém ficar claro que falamos de predominância de alguns autores nas publicações destas revistas e não que cada qual seja fechada para autores não-ligados às instituições por elas responsáveis.

Apêndice 1

Autores com maior número de artigos publicados na RBE no período 1947-76

1.	Eugenio Gudin	16 artigos
2.	Octávio G. Bulhões	16 artigos
3.	Jorge Kingston	15 artigos
4.	Gottfried Haberler	11 artigos
5.	Carlos Manuel Peláez	11 artigos
6.	Julian Magalhães Chacel	10 artigos
7.	Annibal V. Villela	9 artigos
8.	Mário Henrique Simonsen	8 artigos
9.	Werner Baer	7 artigos
10.	Alexandre Kafka	7 artigos
11.	Gustaff F. Loeb	6 artigos
12.	Ruy Miller Paiva	6 artigos
13.	Isaac Kerstenetzky	6 artigos

Apêndice 2

Conferências

1. Haberler, Gottfried. Haverá depressão nos Estados Unidos? *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 1, n. 2, dez. 1947.

2. Singer, H. W. Cinco conferências. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 4, n. 3, set. 1950.

- O financiamento de programas de desenvolvimento econômico;
- Recursos monetários destinados ao desenvolvimento econômico;
- Financiamento estrangeiro para o desenvolvimento econômico;
- Benefícios e perigos do comércio e do investimento internacionais para os países subdesenvolvidos;
- Problemas de organização industrial nos países subdesenvolvidos.

3. Viner, Jacob. Seis conferências. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 5, n. 2, jun. 1951.

- A teoria clássica de comércio internacional e os problemas atuais;
- Tendências recentes na teoria do mecanismo do comércio internacional;
- Lucros provenientes do comércio exterior;
- Relações entre a política monetária e fiscal e a política comercial;
- A influência do planejamento econômico nacional na política comercial;
- A economia do desenvolvimento.

4. Nurkse, Ragnar. Seis conferências. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 5, n. 4, dez. 1951.

- As dimensões do mercado e o incentivo à inversão;
- Disparidades internacionais de renda e a capacidade de poupar;
- Fontes internas da formação de capital;

- Fontes externas da formação de capital;
- Política comercial e formação de capital;
- Idéias recentes sobre a teoria dos movimentos internacionais de capital.

5. Bernstein, E. M. A inflação em relação ao desenvolvimento econômico. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 6, n. 3, set. 1952.

6. Barrère, Alain. A teoria do crescimento e do desenvolvimento econômico; seis conferências. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 7, n. 2, jun. 1953.

- A noção de crescimento e de subdesenvolvimento econômico;
- Desenvolvimento histórico e estado atual do crescimento;
- Opiniões teóricas e possibilidades futuras do crescimento;
- O mecanismo do crescimento nos diversos estágios do desenvolvimento econômico;
- O crescimento sem aceleração das economias subdesenvolvidas;
- O crescimento com aceleração dos países em vias de desenvolvimento.

7. Burns, Arthur E. Problemas do desenvolvimento econômico; seis conferências. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 7, n. 3, set. 1953.

- Alguns conceitos básicos relativos ao desenvolvimento econômico;
- Progresso econômico e política econômica;
- O crescimento econômico do Japão;
- O crescimento econômico e as tendências inflacionárias;
- O crescimento econômico, a mobilidade e o bem-estar;
- Comentário sobre as perspectivas de crescimento no Brasil.

8. Boulding, Kenneth E. Seis conferências. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 8, n. 1, mar. 1954.

- A habilidade do economista;
- As contribuições da economia para a conduta dos negócios. A análise marginal;
- A teoria do comportamento econômico;
- O economista e os problemas do governo;
- A contribuição da economia às outras disciplinas;
- A economia, a ética e o futuro do homem.

9. Robbins, Leonel E. Seis conferências. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 8, n. 2, jun. 1954.

- A escassez de dólares;
- O controle da inflação;
- O mecanismo dos pagamentos internacionais; taxas de câmbio fixas e livres;
- A teoria clássica da política comercial;
- A política comercial contemporânea;
- Problemas da reconstrução financeira internacional.

10. Kaldor, Nicholas. Cinco conferências. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 11, n. 1, mar. 1957.

- Características do desenvolvimento econômico;
- Crescimento equilibrado e desequilibrado;
- O problema do crescimento acelerado;
- Inflação e desenvolvimento econômico;
- Tributação e desenvolvimento econômico.

11. Millikan, Max F. Conferências sobre “A teoria econômica do bem-estar e o desenvolvimento econômico”. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 12, n. 4, dez. 1958.

12. Haberler, Gottfried. Comércio internacional e desenvolvimento econômico. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 13, n. 2, jun. 1959.

13. North, Douglas C. O crescimento econômico regional; quatro conferências. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 15, n. 3, set. 1961.

- Especialização regional e crescimento econômico dos Estados Unidos no século XIX;
- Alguns problemas teóricos a respeito do crescimento econômico regional;
- O planejamento e o sistema de mercado no crescimento econômico regional;
- Análise de vantagem — custo no planejamento regional.

14. Higgins, Benjamin. Crescimento econômico; três conferências. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 15, n. 4, dez. 1961.

- A capacidade empresarial, a fronteira e o desenvolvimento econômico;
- Crescimento, inflação e desemprego em economias regionalizadas;
- Diretrizes para o desenvolvimento e a estabilização de economias regionalizadas.

15. Haberler, Gottfried. Conferências sobre problemas econômicos mundiais. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 19, n. 1, mar. 1965.

- Os ciclos econômicos e o crescimento da economia dos Estados Unidos depois da II Guerra Mundial;
- Integração econômica: a experiência européia;
- Problemas de integração econômica em países subdesenvolvidos.